

MEIO AMBIENTE

Fundo financiará pesquisa na Amazônia

A Bioamazônia e o Banco Axial vão formalizar consórcio pró-biodiversidade

EUGÊNIO MELLONI

A Associação Brasileira para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia (Bioamazônia) e o Banco Axial formalizarão, no dia 21, um consórcio para a constituição de um fundo destinado ao financiamento de pesquisas científicas envolvendo a biodiversidade da Amazônia.

O Fundo Permanente para a Biodiversidade da Amazônia, como está sendo chamado o produto, deverá ser estruturado nos próximos dois anos, mas já conta com um capital de US\$ 1 milhão, 50% doados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e 50% do United Nations Fund, de acordo com Wanderley Messias da Costa, diretor-geral da BioAmazônia. Segundo Costa, uma das possíveis aplicações do novo fundo será servir

como elo entre as empresas privadas interessadas em desenvolver produtos e negócios a partir dos resultados das pesquisas e a Bioamazônia.

A organização, integrada basicamente por institutos de pesquisas e laboratórios de universidades, é o braço operacional do Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para Uso Sustentável da Biodiversidade (Probem), do Ministério do Meio Ambiente, que deverá consumir investimentos de R\$ 48 milhões. O Probem tem o objetivo de tornar viáveis pesquisas para identificar e explorar a rica biodiversidade da Amazônia, que oferece enorme potencial às indústrias farmacêutica e de cosméticos. Além disso, a meta é patentear a propriedade de todo o conhecimento obtido e evitar que seja contrabandeado pela biopirataria.

A Bioamazônia está investindo nesse ano R\$ 4,8 mi-

lhões na construção de um centro de biotecnologia, que será dotado de 23 laboratórios, para dar suporte às pesquisas. O centro, localizado em Manaus (MA), deverá estar pronto nesse ano.

De acordo com Costa, o fundo será inspirado no Alaska Permanent Fund, criado após o desastre ecológico provocado pelo gigantesco vazamento de óleo do petroleiro Exxon Valdez, no Alasca. Esse fundo, destinado a financiar o monitoramento ambiental daquela região, é constituído por cobranças de taxas junto a empresas pe-

CAPITAL
INICIAL É DE
US\$ 1
MILHÃO

trolíferas.

“A filosofia deverá ser a mesma, até mesmo com a possibilidade de remunerar as comunidades da Amazônia, que atuarão na bioprospecção, da mesma forma que o fundo do Alasca distribui dividendos para os esquimós”, acrescentou Costa.